

EDITORIAL

Prezados(as) leitores(as),

Esta edição da revista *Acervo*, v. 31, n. 3, marca os 180 anos do Arquivo Nacional e traz um debate necessário sobre o estado da arte da pesquisa em arquivologia. Tem como editores do dossiê temático os especialistas Adriana Cox Hollós, doutora em Ciência da Informação e professora do mestrado profissional em preservação de acervos de ciência e tecnologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), e Eliezer Pires da Silva, doutor em Memória Social e professor adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

O Arquivo Nacional, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos (Siga) da administração pública federal, é integrante da estrutura do Ministério da Justiça. A missão da instituição é implementar e acompanhar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do país, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo e o cidadão na defesa de seus direitos, bem como incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.

A *Acervo*, publicada pela instituição desde 1986, é uma das ações do Arquivo Nacional para alcançar esses objetivos. Ao longo de mais de 30 anos, a revista vem se aprimorando em busca de qualidade e visibilidade, publicando quadrimestralmente estudos e fontes no campo das ciências humanas e sociais aplicadas, especialmente história e arquivologia.

Recebemos um grande número de submissões durante a chamada de artigos para esta edição comemorativa. Os trabalhos aqui publicados, além de terem passado pela etapa de avaliação por pares, foram selecionados pelos editores do dossiê e pelo editor científico. O resultado é uma coletânea de artigos com qualidade para se tornar referência entre os profissionais da área.

A seção Artigos Livres apresenta o texto “Centros de documentação e patrimônio documental: direito à informação, à memória e à cidadania”, de Janete Leiko Tanno, que discute as implicações sobre as memórias que são preservadas e excluídas da sociedade, além dos seus significados no campo das disputas políticas, ideológicas, simbólicas e culturais. Também compõe a seção o artigo “El documento digital como fuente de memoria organizacional”, de Juan Bernardo Montoya-Mogollón e Telma Campanha de Carvalho Madio, que debate como os documentos digitais vão se converter em fontes de memória para as organizações e de que forma tem ocorrido a transição de um suporte para o outro, muitas vezes com as mesmas políticas de gestão documental.

Agradecemos aos autores, aos pareceristas e à equipe editorial que construiu esta edição tão especial. Boa leitura!

FLORA MATELA LOBOSCO
THIAGO CAVALIERE MOURELLE